



**Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº.637/2012

RS 1.00

[illegible]

**RGF/Tabela 1.2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

**RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) e Portaria STN nº. 637/2012**

**R\$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO_2018 A DEZEMBRO_2018	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	383,765,364.07	0,00
Pessoal Ativo	331,923,872.33	
Pessoal Inativo e Pensionistas	51,841,491.74	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do Art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do Art.19 da LRF) (II)	119,671,141.81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	14,576,886.57	
Despesas de Exercícios Anteriores	201,480.02	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
IRRF (Decisão PL-TCE nº.15/2004)	53,051,283.48	
Pessoal Inativos e Pensionistas (Decisão PL-TCE nº.1.895/2002)	51,841,491.74	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	264,094,222.26	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	264,094,222.26	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	13,317,134,069.97	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1.98	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art.20 da LRF) < 2,00%>	266,342,681.40	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art.22 da LRF) < 1,90%>	253,025,547.33	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art.59 da LRF) < 1,80%>	239,708,413.26	

**FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.**

**Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.**

**Nota<sub>1</sub>:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados (empenhados e não liquidados) são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; e
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- Nota<sub>2</sub>:** De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 1.895/2002, Inativos e Pensionistas não serão computados para fins dos limites específicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.
- Nota<sub>3</sub>:** De acordo com a Decisão PL-TCE nº. 15/2004, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte não deve ser computado como despesa com pessoal compondo os limites global e específico previstos nos arts. 19 e 20 da LRF.

**Tabela 1.3**

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c)=(b - a)	(d)=(1/3*c)	(e)=(b - d)	(f)	(g)=(f - a)	(h)=(a - g)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

**Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

**R\$ 1,00**

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b+c+d+e) – f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) (identificar de forma individualizada)	12,388,197.90	-	655,893.01	-	-	-	11,732,304.89	7,996,917.73	-
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOUREIRO (101)	7,620,962.06	-	629,699.04	-	-	-	6,991,263.02	5,043,074.92	
RECURSOS ORDINÁRIOS – TESOUREIRO (301)	2,881,031.72	-	13,746.92	-	-	-	2,867,284.80	1,445,785.58	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (107)	478,533.73	-	12,447.05	-	-	-	466,086.68	398,102.40	
RECEITAS OPERACIONAIS A FUNDO (307)	1,407,670.39	-	0.00	-	-	-	1,407,670.39	1,109,954.83	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0.00	-	-	-	-	-	-	0.00	-
Recursos Ordinários									
TOTAL (III)=(I+II)	12,388,197.90	-	655,893.01	-	-	-	11,732,304.89	7,996,917.73	

**FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.**

**Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.**

**Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

LRF, art. 48 – Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	13,317,134,069.97	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	264,094,222.26	1.98%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	266,342,681.40	2.00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	253,025,547.33	1.90%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7,996,917.73	11,732,304.89

**FONTES: Sistema SIAFEM; Unidade Responsável SEPLAN.**

**Informações das Coordenadorias da Folha de Pagamento e de Orçamento e Finanças – PGJ/MA.**

**LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO**  
**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

**EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES**  
**DIRETOR-GERAL**



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

***PÂMELA NEVES DE OLIVEIRA***  
***ANALISTA MINISTERIAL***  
***DIRETORA DA SECRETARIA***  
***ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA***  
***- em exercício -***

***CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR***  
***ANALISTA MINISTERIAL***  
***ASSESSOR-CHEFE DE***  
***CONTROLE INTERNO E AUDITORIA***

***PAULO SÉRGIO ARAÚJO ALBERTO***  
***TÉCNICO MINISTERIAL***  
***COORDENADOR DE FOLHA DE PAGAMENTO***  
***- em exercício -***

***TATIANA ALVES DE PAULA***  
***ANALISTA MINISTERIAL***  
***COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS***